

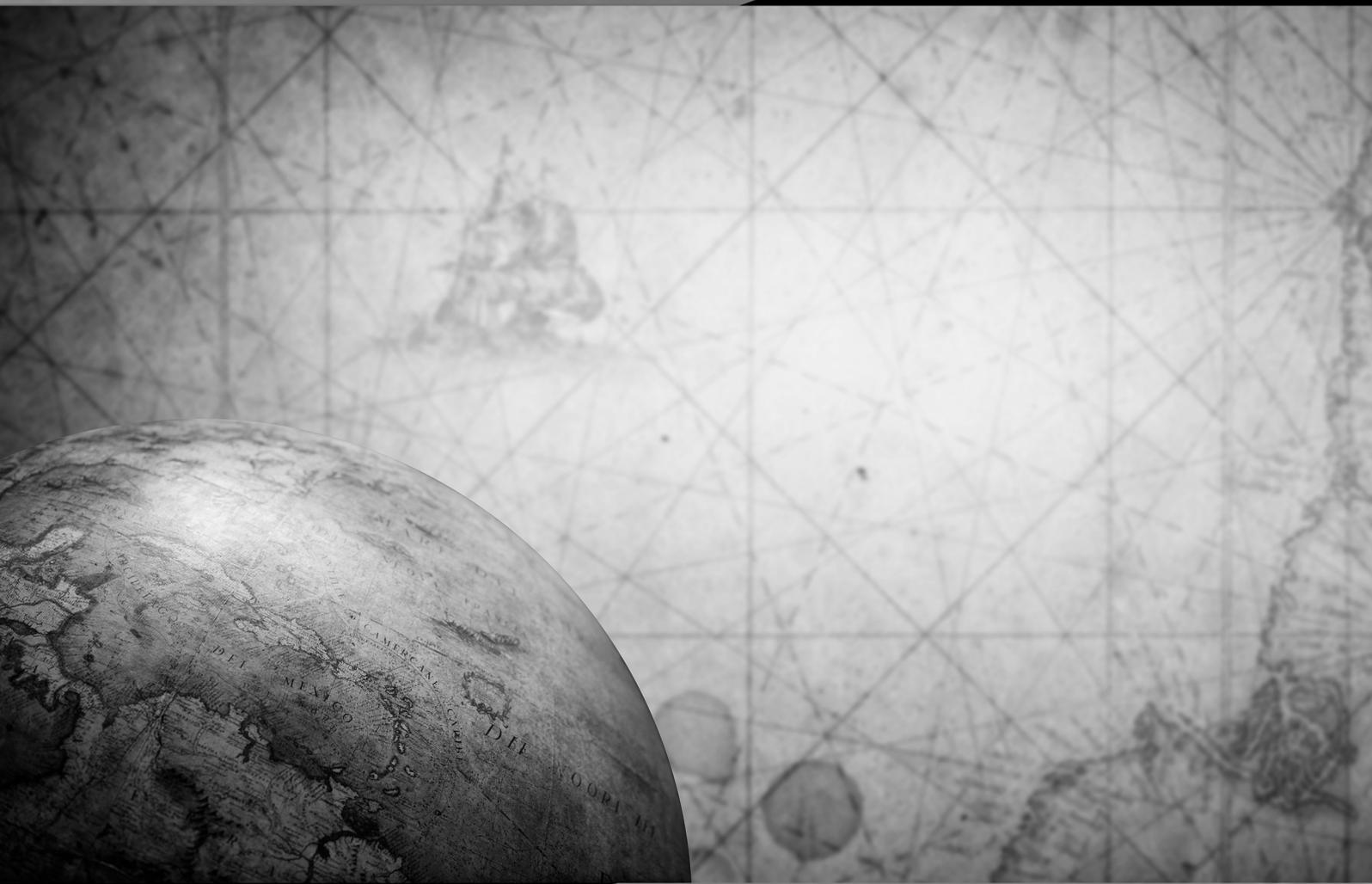
A DIVERSIDADE E AS QUESTÕES POLÍTICAS, HISTÓRICAS E CULTURAIS



**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

Atena
Editora
Ano 2020

A DIVERSIDADE E AS QUESTÕES POLÍTICAS, HISTÓRICAS E CULTURAIS



**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
 Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
 Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
 Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
 Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
 Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
 Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
 Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Douglas Santos Mezacas -Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
 Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
 Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
 Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Me. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
 Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
 Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
 Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D618 A diversidade e as questões políticas, históricas e culturais [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-86002-67-6

DOI 10.22533/at.ed.676202003

1. Ciências sociais. 2. Igualdade. 3. Psicologia social.
 4. Tolerância. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 302

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Mudanças tecnológicas no século XXI fronteiras se aproximam por meio do mundo virtual, com elas intensificam migrações, as desigualdades, a globalização capitalista, os fundamentalismos, a luta pela terra e pela igualdade de direitos assumem outros formatos. Com ela transformam as formas de resistência com novas estratégias para um acelerada exploração capitalista, enfrentamento ao racismo, ao machismo, xenofobia, à LGBTIfobia, fundamentalismo político e religioso, à intolerância religiosa se intensificam pelos diferentes espaços do mundo. Fronteiras são quebradas e passagens são rompidas por uma vida cibernética, mudam se as relações das pessoas, os negócios entre os países, ideologias, posicionamentos políticos e governos. Circularam e aproximaram novos olhares sobre o mundo, conceitos, preconceitos, sustentabilidade. Aproximaram e fizeram circular visões de mundo, valores, sujeitos, conceitos, preconceitos, visões sobre o meio ambiente, sobre a sustentabilidade. Vários foram os motivos que o foco mudou, sujeitos sociais passam buscar o seu lugar de fala, seu protagonismo social e político, organizados ou não em movimentos sociais. E quando se organizam, estão vinculados àqueles que levantam bandeiras emancipatórias de gênero, raça, idade, deficiência. Esse conceito de emancipação versa em uma articulação de perspectivas que combinam desde a visão democrática-igualitarista de sociedade, a uma visão socialista e, até mesmo, políticas públicas para a diversidade.

Aprofundar o debate sobre sexualidade e gênero na sala de aula contribui para uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade. É o que diz comunicado divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil. No texto, a Unesco propõe que a legislação e os planos educacionais brasileiros incorporem perspectivas de educação em sexualidade e gênero. De acordo com o comunicado, isso se torna ainda mais importante porque a educação é compreendida como processo de formar “cidadãos que respeitem as várias dimensões humanas e sociais sem preconceitos e discriminações”. De acordo a Unesco, o ensino de gênero nas escolas é primordial para prevenir e extirpar toda e qualquer forma de violência, em especial a violência de gênero. “Diante de recentes fatos ocorridos no país, no que se refere à violência sexual, a Unesco no Brasil reafirma seu compromisso com a garantia dos direitos das mulheres e da população LGBT [Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros], sendo contrária a toda forma de discriminação e violação dos direitos humanos em qualquer circunstância e, em especial, em espaços educativo.” O assunto é polêmico e alvo de embates entre entidades ligadas a direitos humanos e grupos religiosos, que alegam, entre outros argumentos, que o debate de gênero incentiva a homossexualidade. A questão chegou a ser excluída do Plano Nacional de Educação (PNE) por pressão de parlamentares conservadores, e de planos estaduais e municipais de educação. Os planos definem metas e estratégias para a educação desde o ensino infantil até a pós-

graduação e tratam também da formação de professores e financiamento do setor. As metas devem ser cumpridas até 2024. Para a Unesco, debater essas questões em sala de aula é fundamental para que homens e mulheres, meninos e meninas tenham os mesmos direitos. A intenção é que as escolas ensinem aos estudantes que todas as pessoas são iguais, independentemente da identidade de gênero, e que existem diversas orientações sexuais, que devem ser respeitadas. “As desigualdades de gênero, muitas vezes evidenciadas pela violência sexual contra meninas, expõem a necessidade de salvaguardar marcos legais e políticos nacionais, assim como tratados internacionais, no que se refere à educação em sexualidade e de gênero no sistema de ensino do país”, diz a agência das Nações Unidas. Um dos compromissos dos países-membros da Organização das Nações Unidas é garantir o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pelo Brasil e todos os outros Estados-membros da ONU em 2015. Entre os 17 objetivos globais da agenda, está a garantia de ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes, e a promoção da educação para a igualdade de gênero e os direitos humanos. Em março, a Unesco divulgou o Atlas de Desigualdade de Gênero na Educação, que mostra que, no mundo, quase 16 milhões de meninas entre 6 e 11 anos nunca irão à escola. O número é duas vezes maior que o de meninos. Entre eles, no mundo, 8 milhões nunca frequentarão as salas de aula.

Desejo a todos uma boa leitura e que os artigos aqui reunidos sejam fonte de inspiração para reflexões sobre o lugar do pesquisador e da pesquisa na produção em A DIVERSIDADE E AS QUESTÕES POLÍTICAS, HISTÓRICAS E CULTURAIS.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
GÊNERO E PRISÃO: OS IMPACTOS DO SISTEMA PRISIONAL SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL E INVISIBILIDADE DA MULHER ENCARCERADA NO ESTADO DE ALAGOAS	
Bruna Araújo de Melo Ferreira Ialy Virgínia de Melo Baía	
DOI 10.22533/at.ed.6762020031	
CAPÍTULO 2	16
GÊNERO, CIDADANIA E EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DOS MOTORISTAS BRASILEIROS	
Carla Rezende Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.6762020032	
CAPÍTULO 3	27
CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS GÊNEROS E SUA INFLUÊNCIA NOS RELACIONAMENTOS SORODIFERENTES PARA O HIV/AIDS	
Celestino José Mendes Galvão Neto Juliana Rodrigues de Albuquerque Ana Alayde Werba Saldanha	
DOI 10.22533/at.ed.6762020033	
CAPÍTULO 4	38
A VIOLÊNCIA E SUAS DIFERENTES FORMAS	
Gustavo Nogueira Dias Wagner Davy Lucas Barreto Gilberto Emanuel Reis Vogado Eldilene da Silva Barbosa Natanael Freitas Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.6762020034	
CAPÍTULO 5	48
O PRECONCEITO E A DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Paulo Rennes Marçal Ribeiro Célio Marcos Colombo Molteni depois de Paulo Melissa Camilo Débora Cristina Machado Cornélio Valquiria Nicola Bandeira Marilurdes Cruz Borges Fernando Sabchuk Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.6762020035	
CAPÍTULO 6	67
MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO(S): DIÁLOGO INTRODUTÓRIO ENTRE SIMMEL E TEORIA QUEER	
Adriana Nolibos Baccin	
DOI 10.22533/at.ed.6762020036	

CAPÍTULO 7	79
MULHERES À MARGEM DA MATERNIDADE NA LITERATURA NEGRA Fernanda Mota Pereira DOI 10.22533/at.ed.6762020037	
CAPÍTULO 8	89
PRODUÇÃO LEGISLATIVA FEMININA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DA 55ª LEGISLATURA (2015-2018) Jonas Modesto de Abreu Dalila Rodrigues Barros Leonardo Aires de Castro DOI 10.22533/at.ed.6762020038	
CAPÍTULO 9	100
MORRO DA CONCEIÇÃO: HISTÓRIA DE FÉ E CULTURA QUE SE ENTRELAÇA NO SUBÚRBIO DA CIDADE Lucy Patrícia da Silva de Farias Severino Barbosa da Silva DOI 10.22533/at.ed.6762020039	
CAPÍTULO 10	112
REPRESENTAÇÃO DE MINORIAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS NA 56ª LEGISLATURA (2019-2022) Jonas Modesto de Abreu Bruno Henrique Martins de Almeida Leonardo Aires de Castro DOI 10.22533/at.ed.67620200310	
CAPÍTULO 11	129
RESISTÊNCIA E REVOLUÇÃO: AS MULHERES NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE EM SÃO PAULO Natália Yukari Mano DOI 10.22533/at.ed.67620200311	
CAPÍTULO 12	140
SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DAS ESCOLAS MINEIRAS: ENFOQUES LEGAIS SOBRE AS ATRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES Aline Claudino de Castro Débora Felício Faria DOI 10.22533/at.ed.67620200312	
CAPÍTULO 13	152
TRANSGÊNEROS CONTRA O ESTADO Beatriz Souza de Araujo Dhiego Felipe Pereira Monteiro DOI 10.22533/at.ed.67620200313	
CAPÍTULO 14	186
SEXUALIDADES E TRAMAS NARRATIVAS, UM MERGULHO COM ARTISTA LEONILSON Karlene da Silva Andrade Juliana Silva Chagas DOI 10.22533/at.ed.67620200314	

SOBRE A ORGANIZADORA.....	195
ÍNDICE REMISSIVO	196

PRODUÇÃO LEGISLATIVA FEMININA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DA 55ª LEGISLATURA (2015-2018)

Data de aceite: 17/03/2020

Jonas Modesto de Abreu

Doutor em Ciências Sociais pela UFSCar. É professor de Ciência Política no Curso Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

Dalila Rodrigues Barros

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás – Brasil. Bolsista CNPq de Iniciação Científica.

Leonardo Aires de Castro

Doutorando em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos. Bolsista da FAPESP.

RESUMO: Este texto tem como objetivo discutir identidade e representação a partir da produção legislativa feminina na Câmara dos Deputados da 55ª Legislatura (2015-2018), entendendo que são dois temas sensíveis aos debates críticos sobre a democracia representativa no Brasil. A representatividade é imprescindível para mediação de interesses e para construção de uma democracia de maior equidade. Já a identidade é permeada pelas características sociais, ideológicas e políticas, que têm influência na ação política das parlamentares. Para isso, adotou-se uma

metodologia mista que buscou fundamentar a pesquisa sob o viés tanto quantitativo, quanto qualitativo, visando compreender os aspectos subjetivos dos dados coletados. Neste sentido, foram coletadas as propostas legislativas e as emendas constitucionais do período exposto e, posteriormente, eram foram classificadas em: administrativas, econômicas, honoríficas, orçamentárias, políticas, sociais, culturais-científicas-tecnológicas, ecológicas e identitárias. No texto também há uma discussão sobre as classificações provenientes dos debates que cercam as problemáticas da representatividade feminina na política nacional.

INTRODUÇÃO

“A lógica da igualdade mergulhava de cabeça na desigualdade racional” - Robert Alan Dahl (2001): Sobre a Democracia.

Estamos diante de uma crise institucional, e, portando, a partir disso, é preciso levar em consideração as palavras de Simone de Beauvoir “Basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados” (BEAUVOIR, 1949, p. 29). É notório que avança no Brasil uma onda conservadora que teve seu início na 55ª Legislatura. Posterior a isso, houve a deposição da ex-presidente Dilma Rousseff, ato político

cujo simbolismo possui caráter profundamente nocivo à representação feminina na política brasileira.

Apesar da política de cotas femininas que prevê um percentual mínimo de mulheres nas candidaturas proporcionais desde 1995, o Brasil ocupa ainda uma posição desprivilegiada na representação política feminina, ficando na 152ª posição mundial e sendo considerado o pior índice entre os países da América Latina. Somado a isso, o país vive uma crise política que põe em risco todos os direitos das minorias sociais. As mulheres são um grupo vulnerável em decorrência das desigualdades sociais que enfrentam.

Os entraves políticos da representação feminina são diversos. É partindo dessa problemática que o presente trabalho tende a fornecer um debate para além da representatividade, entendendo-se também para os compromissos identitários das deputadas eleitas na 55ª legislatura. O foco de análise serão as ações parlamentares das deputadas eleitas.

Para tanto foi utilizado o método misto: metodologia quantitativa e qualitativa, devido à necessidade de conjugar os dados obtidos por meio das teorias correntes acerca do assunto. O debate acadêmico foi estruturado através do levantamento de dados, utilizando uma análise estatística descritiva para discutir a hipótese pretendida. Outra referência foi a técnica da pesquisa bibliográfica, usada na investigação de livros, artigos e coletâneas sobre o tema pesquisado.

A metodologia quantitativa tratou de estruturar a pesquisa da seguinte forma: levantou-se os dados constitutivos sobre cor, classe social (patrimônio) e partido político das deputadas federais eleitas para a 55ª legislatura, coletando os Projetos de Emendas Constitucionais (PECs) e Projetos de Leis (PLs) propostos por elas e indicando se são ações identitárias, ou seja, que envolvam diretamente a emancipação política e social feminina, ou não identitárias, quando envolvem temas adversos à questão feminina. Enquanto a metodologia qualitativa buscou levantar a discussão sobre representatividade feminina na política, evidenciando os enfrentamentos e dificuldades que as mulheres ainda enfrentam pra se inserir na vida política em nosso país.

A coleta das PEC's e PLs restringiu-se ao período de 2015 a 2018, enfocando as 51 mulheres eleitas deputadas para a 55ª legislatura. Atingindo o número total de 1434 propostas que foram avaliadas e tipificadas sob a classificação de Amorim Neto e Santos (2003). Além dessas duas referências, foi acrescida uma outra tipificação denominada "identitária", a qual tende compreender as propostas sob o ponto de vista transversal para as proposições que versem sobre o caráter de políticas públicas que promovam ou beneficiem as mulheres.

Paralelo a isso, foi também elaborado a construção estatística de dados que tratem dos aspectos referentes ao sexo, cor e raça, conforme expostos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da plataforma DIVULGACAND, para tratar da análise e discussão da representatividade e identidade feminina na

política brasileira.

DESENVOLVIMENTO

O Estado está marcado por uma estrutura patriarcal. Logo, a presença da mulher nesse espaço nos dias atuais ainda é permeada por preconceitos e pela exclusão feminina. Fica evidente, portanto, a sub-representação feminina nas arenas políticas fomentadas como práticas notórias do Estado brasileiro. É importante salientar também que representação feminina nem sempre garante políticas de gênero. Ou seja, outro entrave à representação feminina é entender como essas mulheres se articulam ao adentrarem às arenas decisórias (ARAUJO, 2002, 2004, 2012; BIROLI 2012, 2014; MIGUEL, 2012, 2014).

O presente trabalho teve como premissa, entender o comportamento político das mulheres eleitas deputadas para a 55ª legislatura, frentes às questões identitárias. E se elas estariam preocupadas em reformar a estrutura pública para fomentar a identidade política feminina na sociedade brasileira no que tange à produção legislativa. Ou seja, ao adentrarem nesses espaços dominados por uma estrutura baseada na dominação masculina, elas estariam preocupadas em fornecer uma reforma nas estruturas políticas e sociais para promover os interesses femininos? No entanto, para que se possa entender a problemática, é preciso compreender como essa estrutura foi fundamentada ao longo dos anos, a fim de se compreender a atual realidade da representatividade feminina no legislativo brasileiro e suas principais problemáticas.

A exclusão de mulheres na política, ou mesmo a sua sub-representação, não é algo novo, assim, através de uma digressão histórica, pode-se traçar paralelos com a atual realidade, não afim de comparar, pois isso torna-se algo anacrônico, mas como forma de delimitar em suas origens a subjugação do feminino na esfera pública.

Pode-se dizer que as origens democráticas remontam ao período VI a. C, na Grécia Antiga, mais precisamente na sociedade ateniense. No entanto, apesar de uma grande contribuição para um sistema mais amplo de participação política, esse sistema possuía características próprias, sendo que algumas de suas características ainda estão presentes nas democracias contemporâneas e outras foram abandonadas ao longo do tempo.

Vale salientar que foi Clístenes que, ao fazer uma reforma política, descentralizou o poder, conforme salienta Maria Dulce Reis (2018, p. 49):

A abertura política proporcionada pelo governo de Clístenes à participação direta dos cidadãos conforme cada região geográfica – não mais conforme a uma nobreza “de sangue” ancorada em crenças mítico-religiosas – traz uma descentralização do poder, mudanças políticas e também formativas (o que hoje chamaríamos de sócio pedagógicas).

Essa descentralização do poder ampliou o sistema e permitiu um número

maior de pessoas na tomada de decisões políticas na cidade-Estado. No entanto, esse direito estava restrito a poucos. As condições para participação nas instituições democráticas estavam condicionadas à situação de que fossem cidadãos gregos, do sexo masculino, livres, maiores de 18 anos e que estivessem em dia com o serviço militar.

Portanto, apesar de Clítenses descentralizar o poder, diminuindo o poder das famílias e ampliando o espaço político, preserva a esfera privada da intervenção do Estado, conservando as relações de autoridade que limitaram a autonomia feminina. Essa situação vai se perpetuar por um longo período, estabelecendo desigualdades abissais na partilha de poder (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Para os atenienses, o conceito de liberdade estava associado à esfera pública, espaço no qual os cidadãos dotados de direitos políticos poderiam exercer sua vontade e decidir sobre ações políticas. Isso encontrava justificativa em um mecanismo de punição denominado Ostracismo. Segundo Reis (2018, p. 50), tratava-se de um modelo punitivo que associava-se ao “banimento e cassação dos direitos políticos por dez anos, evitando-se as tiranias”. Neste modelo, a figura feminina estaria, portanto, restringida a esfera privada, e sua liberdade era inexistente por essa premissa.

Tendo por base a Grécia ou Roma da antiguidade, outros sistemas democráticos surgiram na história humana. Embora possuíssem significativos pontos de distinção, é possível afirmar com segurança que ambos tinham em comum a exclusão da cidadania feminina. Como pontua Dahl (2001 p. 13), em “todas as democracias ou repúblicas independentes que então existiam uma boa metade de toda a população adulta sempre estivera excluída do pleno direito de cidadania; a metade das mulheres.” Em decorrência disso, somente a partir da segunda metade do século XX, as mulheres começaram a conquistar paulatinamente o direito de voto, passando a exercer parte da cidadania política.

Para Birolli (2014), é muito importante entender a esfera privada, pois nela imperam valores construídos historicamente que podem exercer reflexos sobre a esfera pública. Em suma, os valores engendrados pela esfera privada podem recriar as relações de poder que acabam regendo o funcionamento societário.

Ao se falar em esfera privada, seguindo a perspectiva de Miguel e Birolli (2014), é possível entender que o conceito está bastante associado a uma análise da teoria feminista, uma vez que coloca em evidência o papel social da mulher, sobretudo quando realiza uma crítica a respeito da influência da esfera privada sobre a esfera pública.

Sendo assim, é importante entender que esfera privada estaria voltada para o ambiente do lar familiar, espaço no qual o papel feminino está sempre tutelado por uma dominação masculina. Vale salientar que essa constituição da esfera privada age desproporcionalmente aos gêneros, recriando e mantendo uma relação desigual entre homens e mulheres. Segundo Miguel e Birolli (2014), só foi possível manter essa estrutura porque ela estava ancorada nas instituições do Estado.

Os efeitos que se produzem a partir disso, é de uma relação desigual que incide sobre a partilha de poder entre os agentes sociais. Neste contexto, dá pra citar a baixa representação política e a desvalorização salarial feminina que criam uma situação de vulnerabilidade social da mulher. Essas orientações de arranjos desiguais tendem a caracterizar o princípio de igualdade democrática como desproporcional aos sexos, prejudicando o sistema democrático representativo.

Seja pela estrutura estatal, pela estrutura social ou pelos mecanismos institucionais que a regem, a participação política feminina ainda é muito restrita no Brasil, o que a torna um dos temas críticos à democracia representativa. Para Campos e Machado (2017), a estrutura desigual de financiamento das campanhas inviabiliza notadamente o sucesso eleitoral feminino. Além disso, vale salientar que a grande maioria das mulheres que conseguem acesso às arenas políticas se enquadram no perfil das elites políticas de nosso país.

Atualmente a representatividade política feminina é um tema importante para se discutir as ações políticas, principalmente no que tange o entendimento sobre a democracia representativa no Brasil. A pesquisa em questão tem como viés entender como a representatividade feminina tem se implantado no campo político brasileiro. No âmbito legislativo, busca compreender como as ações políticas das deputadas tendem a fornecer uma identidade feminina. Isso porque é através desses mecanismos de emancipação que se pode reestruturar mudanças tanto na esfera privada quanto na esfera pública.

A representatividade nos sistemas democráticos modernos serviu para ampliar o número de vozes na tomada de decisões em grandes aglomerados sociais. Diferentemente da democracia ateniense, a democracia representativa moderna adota o mecanismo de inclusão para que ocorra uma participação equitativa de todos os segmentos sociais. A representatividade, portanto, serve para que os interesses dos representados estejam presentes nas arenas decisórias, sendo vinculados à ação política dos representantes. Pensando nos grupos que integram as minorias sociais, a representatividade política é importante tanto para a manutenção de direitos, quanto para as ações políticas que minimizam as desigualdades.

Nesta dinâmica, vários autores do campo político elaboraram conceitos sobre a representatividade e suas diversas formas. Neste trabalho, optou-se por entender a representatividade descritiva como sendo uma possibilidade metodológica capaz de facilitar a compreensão dos grupos minoritários frente às arenas políticas nacionais. No mesmo sentido, Piktin (1967), vê a representação descritiva como um “pequeno espelho” da sociedade representada, reproduzindo as suas principais características.

A COMPOSIÇÃO DO PERFIL DAS DEPUTADAS

Analisar o perfil das deputadas é também uma possibilidade de compreender um pouco mais sobre as estruturas sociais que estão por detrás da representação política

no Brasil. Apesar das mulheres partirem de uma mesma perspectiva política histórica, é preciso entender que suas trajetórias individuais de classe, também influenciam na posição de *status quo* social. Ou seja, é notável que mulheres negras e de classe social menos abastada possuem pouca chance de obter sucesso político e eleitoral, e, por não conseguirem acesso às arenas decisórias de poder, ficam impossibilitadas de exercer a representação de seus interesses de cor e classe.

A partir da coleta dos dados das mulheres eleitas em 2014 para a 55^a legislatura, subtraída da plataforma DIVULGACAND, será montado um quadro no qual se levará em consideração os aspectos referentes ao sexo, a cor e a raça, conforme expostos pelo IBGE. A partir disso, será possível traçar o perfil das deputadas com a finalidade de se compreender as relações sociais intrínsecas que asseguram seus espaços na esfera política.

Em resumo, a composição de deputadas federais da 55^a legislatura corresponde a 9,94% dos total de parlamentares que integram a Câmara dos Deputados. Os partidos que mais possuem representação política feminina são Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Segundo DE CASTRO (2019), o perfil das 51 mulheres com mandato na 55^a legislatura da Câmara Federal, é o seguinte: aproximadamente 20% delas não são brancas, ou seja, cerca de 10 não se declaram brancas; outras 30 possuem patrimônio abaixo de meio milhão, fato demonstrativo de que a ampla maioria das parlamentares compõem a classe média; grande parte delas possui ensino superior completo e a idade média é de 50 anos. Além disso, 54% delas são casadas, uma pequena parcela é composta por divorciadas, viúvas e solteiras; possuem profissões diversificadas e, quase paritariamente, se dividem entre os partidos de esquerda e de direita que integram as mais de 30 siglas partidárias nacionais.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa congregou tanto métodos qualitativos que fornecem o arcabouço teórico central quanto métodos quantitativos que possibilitam compreender de que maneira a teoria corrobora para os fatos. Para isso, foi preciso elaborar um banco de dados composto pelas propostas legislativas do período entre 2015 e 2018 (55^a legislatura), sendo classificadas pela tipificação de Amorim Neto e Santos (2003), nos seguintes temas: administrativos, econômico, honorífico, orçamentário, político, social, cultural-científico-tecnológico, ecológico e identitário. Este último, acrescido com a finalidade de se compreender as proposições que se enquadram na produção de políticas públicas voltadas para as mulheres. Fornecendo, a partir disso, uma ação que visa contribuir para o avanço dos interesses identitários de seus grupos. O quadro abaixo estabelece a tipificação.

TIPOLOGIA DE ASSUNTOS	CONCEITO
Administrativo	São projetos de leis voltadas para questões internas, da administração da máquina pública. Em termos gerais são aquelas que buscam modificar a estrutura institucional burocrática, sem maiores impactos na organização da esfera legislativa federal.
Econômico	São projetos de leis que versam sobre incentivos econômicos ou qualquer mecanismo que interfira na economia.
Honorífico	São projetos que lidam com homenagens, seja nomeações de construções públicas ou menções honrosas a pessoas distintas.
Orçamentário	São projetos que discutem com incrementos ou modificações as propostas orçamentárias.
Político	São projetos que indicam mudanças no sistema político-institucional. Ou seja, projetos que versem sobre a reforma política em todos os aspectos da máquina eleitoral.
Social	São projetos voltados para a sociedade civil, sejam na área de educação, saúde ou segurança pública. Reuni temas importantes para o estado de bem-estar social e o funcionamento razoável da estrutura pública.
Cultural-Científico-Tecnológico	São projetos que compreendem fomentos na área da cultura, ciência e tecnologia, incentivando a produção nacional.
Ecológico	São projetos de cunho ambientalista, de cuidado com meio ambiente e preservação de tudo aquilo ligado a ele.
Identitário	São projetos interdisciplinares, que poderiam estar em vários outros assuntos, mas que se encaixam aqui, pois buscam promover a identidade da mulher. Logo, leis que versem sobre direitos e deveres das mulheres serão identificados sob esse conceito.

QUADRO 1: Tipologia de Assuntos

Fontes: AMORIM DETO E SANTOS (2003), modificado e feito por Leonardo Aires (2019).

Os Projetos de Leis (PL) e as Emendas Constitucionais (EC) foram extraídas do repositório de produções legislativas do Congresso Nacional, no qual há um arquivo

com todas as proposições políticas dos deputados e deputadas. O recorte da pesquisa é a produção feminina durante a 55ª legislatura.

A partir disso, observou-se que a produção feminina legislativa corrobora em parte com a hipótese inicial na qual se afirmou que as mulheres deputadas não estão essencialmente preocupadas com a reforma das estruturas políticas e sociais que contrariam os interesses identitários femininos. No entanto, suas maiores pautas estão voltadas para políticas sociais, sendo que a bandeira identitária configura entre as três maiores pautas defendidas. O quadro a abaixo indica os seguintes números.

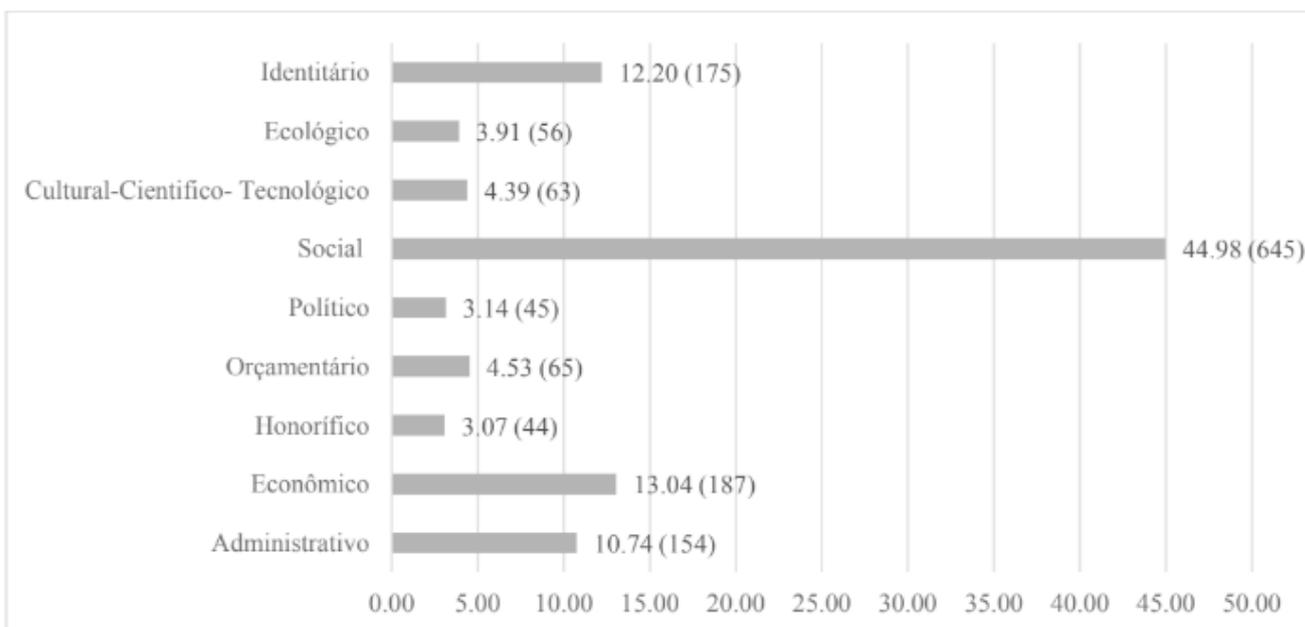


GRÁFICO 1: RELAÇÃO DE PROPOSTAS POR TEMAS EM PORCENTAGEM E NÚMEROS

Fonte: Leonardo Aires (2019).

Em primeiro lugar, encontra-se a classificação majoritária de caráter **social**, correspondente a 44,98%; em segundo lugar, estão as de caráter **econômico**, correspondendo a 13,04%; em terceiro lugar, as denominadas **identitárias**, correspondendo 12,20%. Sendo essa uma variável interdisciplinar, mas que congrega em sua característica a promoção de propostas que versem sobre as políticas identitárias. As propostas de cunho **administrativo** representam 10,74%. As propostas identificadas como **honoríficas**, possuem 3,07% e, as **políticas**, com percentual de 3,14%. As **ecológicas** correspondem a 3,91%, as **cultural-científico-tecnológico** com 4,39% e, por último, as propostas **orçamentárias** que congrega o percentual de 4,53%.

OS DADOS

Analisar as proposições políticas das deputadas permite identificar o grau de vínculo e congruência entre o eleito e o seu eleitorado. A representatividade feminina

não necessariamente garante políticas identitárias, pois, ao adentrarem às arenas decisórias, as mulheres compartilham de trajetórias históricas desiguais, sendo preciso portanto, que se submetam ao jogo político que está sustentado numa lógica patriarcal.

Ao realizar o trabalho, identificou-se que a produção legislativa desse grupo está majoritariamente associado às proposições de cunho social, tais como educação, saúde e assistência social. As proposições identificadas como identitárias, que ocupam o terceiro posto de prioridades, se caracterizam por beneficiar o segmento feminino em políticas públicas. Vale salientar que as propostas de cunho social, em sua grande maioria, beneficiam as mulheres que constituem um grupo vulnerável frente aos seus históricos problemas sociais. Partido do entendimento de Birolli (2014), que se preocupa em observar a semiótica da subjugação feminina nas esferas privadas que interferem diretamente nas esferas públicas, conclui-se que a promoção de políticas sociais, além de melhorar amplamente a sociedade, também tende a reparar desigualdades de grupos minoritários que não possuem grande representação política, como é o caso das mulheres.

Um exemplo disso seria o combate à violência contra mulher, hoje um dos grandes problemas de cunho social, peculiar ao gênero feminino. O enfrentamento desse problema, através da ação política, não apenas poderia ser classificado como projeto social, mas também como identitário. Ou seja, além das propostas que versem sobre a questão identitária feminina, as proposições sociais também são de grande relevância para as mudanças nas estruturas privadas. Outro projeto de cunho social seria a ampliação educacional de vagas para crianças menores de 6 anos, as “creches escolares”. Esse tipo de política pública afeta diretamente as mulheres, possibilitando que elas possam trabalhar ou estudar, ambas as atividades relacionadas à esfera pública.

É importante também observar que dentre os menores índices de proposição estão as propostas identificadas como políticas, com cerca de 3,14%. Sua característica principal é discorrer sobre as reformas políticas. Sendo, portanto, de suma importância para aos grupos minoritários na política, pois uma reforma poderia ajustar os percentuais desiguais de representação. Esses dados ratificam a hipótese de que as mulheres, deputadas, não estão propondo projetos que promovam a reforma política seu favor.

A partir disso, é possível concluir que as propostas das deputadas versam sobre uma agenda política ampla que tende a beneficiar a sociedade como um todo, a chamada *política do desvelo*¹. Suas ações tem maiores impactos nos grupos vulneráveis e atuam nas esferas privadas, ponto primordial para emancipação feminina, e que é de grande relevância para que ocorram mudanças futuras na esfera pública. É relevante também notar que a tipificação identitária segue em porcentagem considerada média, pois não corresponde aos menores índices, integrando os três maiores. O que indica

1 Ver MIGUEL, L. F. e BIROLI, F. **Desvelo e interesse na teoria feminista**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

também que as mulheres deputadas estão preocupadas em tratar de problemas do gênero feminino, construindo assim uma representatividade identitária.

Por fim, vale salientar que as mulheres, deputadas, além de manter uma política do cuidado, como é esperado por suas características, também avançam para pautas que se aproximam do padrão masculino de comportamento parlamentar. Neste sentido, as propostas econômicas aparecem como o segundo maior índice de tipificação de suas propostas, avançando para a chamada *política de interesses*.² Portanto, é evidente que a atividade parlamentar feminina não segue uma única linha de interesses, uma vez que o grupo de mulheres parlamentares, mesmo minoritário, tende a somar forças com propostas voltadas tanto para temas sociais, quanto econômicos e identitários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Trabalho tratou de observar conceitos muito sensíveis no que tange a democracia representativa. A representatividade feminina na política brasileira ainda é um espaço para uma pequena parcela de mulheres. Sendo na grande maioria mulheres que pertencem a uma classe média, ou alta. São, segundo DE CASTRO (2018), mulheres que concentram acesso a símbolos e estruturas que são negadas às mulheres da sociedade civil. Para o autor, perfazem uma elite partidária proveniente de suas estruturas privilegiadas. Possuem, portanto, um capital político delegado de suas famílias ou de movimentos sociais. Em grande maioria, esse grupo apresenta o nível de escolaridade superior completo e se declaram da cor branca.

Em suma, o cenário político brasileiro apresenta-se com grandes dificuldades para as mulheres, seja por uma estrutura institucional marcada pelo patriarcalismo, seja pelas dificuldades que vão desde elementos da esfera privada relacionados às suas características sociais até questões associadas ao desprestígio do gênero feminino presentes na esfera pública. Pode-se acrescentar a isso até mesmo os elementos da organização partidária e da estrutura dos partidos políticos, são reflexos de uma cultura machista. Apesar da lei de cotas para mulheres nas candidaturas proporcionais ter sido implementada há 25 anos, o Brasil ainda permanece com o pior índice de representação parlamentar feminina na América Latina (ARAUJO, 2002, 2004, 2012; BIROLI, 2012, 2014; CAMPOS e MACHADO, 2017; MIGUEL, 2012, 2014; SACCHET E SPECK, 2012).

A pesquisa ratificou que as ações políticas das parlamentares da 55ª legislatura estão voltadas para reformular as estruturas primordiais ao seu grupo. A promoção de propostas que versem sobre características sociais e identitárias ocupam grande parte da agenda política dessas parlamentares. Suas propostas sociais possuem um caráter amplo, abrangendo a saúde, a educação e a segurança pública. Seus impactos recaem principalmente sobre os grupos minoritários da sociedade. Sendo

2 Idem.

uma intervenção estatal que visa corrigir as desigualdades. As propostas identitárias apontam para o benefício dos grupos femininos.

Portanto, vale considerar que apesar da falta de engajamento das parlamentares em reformar a estrutura política, como demonstrado, existe uma preocupação nas correções dos arranjos desiguais da sociedade, visando corrigir estruturas históricas de desigualdades, situações que afetam negativamente as mulheres desde os primórdios dos sistemas democráticos. Ainda é preciso evidenciar que, além dessas propostas citadas, como forte engajamento político, as mulheres também avançam para propostas que possuem maior prestígio parlamentar, aproximando-se das pautas historicamente restritas aos parlamentares do gênero masculino.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. **Dados**, n. 44, 2001, p. 155-95.

_____. Feminismo e poder político, uma década depois. **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Flávia Biroli e Luís Felipe Miguel. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

BIROLI, F. *Autonomia e Desigualdades de Gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática*. **Anuário Antropológico I**. 2014, p. 249-253.

CAMPOS, L.A.; MACHADO, C. O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 61, 2017, p. 125-142.

DAHL, R. A. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DE CASTRO, L.A. Minorias sociais e seus obstáculos à representação no legislativo brasileiro. **Dissertação de Mestrado em Ciência Política**. Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, p. 113. 2018.

FINLEY, M. I. **Democracia antiga e moderna**. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., 1988.

MIGUEL, L. F. **Democracia e representação: territórios em disputa**. Editora Unesp, 2013.

_____; BIROLI, F. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **Desvelo e interesse na teoria feminista**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

PITKIN, H. F. **The concept of representation**. University of California Press, 1967.

PHILLIPS, A. From a politics of ideas to a politics of presence? **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, 2001, p. 268-290.

REIS, M. D. **Democracia grega: a antiga Atenas (Século V a. C.)** Sapere aude: Belo Horizonte, v. 9, n. 17, Jan./Jun. 2018, p. 45-66.

SACCHET, T.; SPECK, B. W. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião Pública**, v. 18, n. 1, 2012, p. 177-197.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arte 83, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194

Autobiografia 186, 190, 192

B

Bio-Tanatopolítica 152, 157

C

Câmara dos Deputados 89, 94, 112, 117, 118, 119, 120, 126, 127, 177

Cidadania 16, 22, 23, 24, 25, 46, 47, 63, 92, 132, 133, 135, 138, 145, 158

Cultura 4, 18, 20, 21, 22, 25, 29, 51, 53, 54, 55, 59, 60, 65, 68, 70, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 95, 98, 100, 101, 102, 104, 106, 108, 109, 110, 117, 137, 148, 153, 160, 170, 171, 188, 191, 195

D

Direito à cidade 129, 130, 132, 135, 136, 137, 138

E

Educação 7, 9, 15, 16, 17, 18, 23, 24, 25, 26, 38, 42, 43, 44, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 73, 77, 82, 95, 97, 98, 99, 111, 127, 131, 136, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 154, 185, 195

Educação Especial 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150

F

Fé 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 184

Feminismo 67, 68, 77, 79, 85, 99, 169, 172, 184

G

Gênero 1, 4, 6, 8, 9, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 52, 53, 54, 60, 61, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 91, 97, 98, 99, 116, 130, 136, 137, 138, 139, 147, 153, 160, 161, 162, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 188, 191, 193

Georg Simmel 67, 68

H

História 3, 4, 12, 14, 28, 35, 36, 37, 47, 56, 64, 66, 71, 77, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 92, 100, 101, 104, 105, 110, 111, 117, 133, 138, 157, 158, 162, 171, 174, 175, 182, 184, 186, 187, 194, 195

HIV/Aids 27, 28, 29, 30, 31, 35, 36

Homossexualidade 161, 162, 169, 186

I

Inclusão 13, 30, 63, 65, 93, 117, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 149, 150, 154, 157, 159, 165, 169, 181

Invisibilidade 1, 35, 83, 138

J

Judith Butler 67, 68, 191

L

Literatura pós-colonial 79, 84

Lutas feministas 129, 133

M

Mães 79, 80, 82, 83, 86, 88

Masculinidade hegemônica 20, 67, 70, 73, 75, 76

Morro da Conceição 100, 101, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 111

Movimentos Sociais 98, 132, 137, 138, 152, 165, 175, 183, 185

Mulher 1, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 22, 25, 32, 33, 51, 52, 66, 68, 69, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 81, 82, 83, 85, 91, 92, 93, 95, 97, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 160, 162, 163, 164, 170, 171, 172, 174, 179

Mulheres na cidade 129, 130, 133, 135

N

Narrativa 163, 173, 186

Necropolítica 152

P

Poder Legislativo 112, 127

Prisão 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 41, 42, 43, 113, 163

R

Representação política 90, 93, 94, 97, 99, 112, 116, 128, 185

Representação política de minorias 112

S

Sala de Recursos 140, 146, 150

Sexualidade 22, 35, 36, 37, 77, 157, 160, 167, 169, 171, 172, 174, 176, 180, 183, 186, 192, 193, 194, 195

Sorodiferença 28, 29, 31, 32

T

Teoria Queer 67, 68, 71

Territorialização Perversa 38

Trânsito 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26

Transvestigeneres 152, 169, 172, 176, 179, 181

U

Uso de Drogas 38, 39

V

Violência 1, 7, 10, 11, 15, 22, 23, 38, 39, 41, 42, 43, 46, 47, 52, 58, 60, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 87, 97, 134, 135, 137, 139, 153, 159, 163, 166, 186, 191

Violência de gênero(s) 52, 67, 68, 69, 73, 75

 **Atena**
Editora

2 0 2 0